



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL  
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DOS PORTOS  
PÚBLICOS

SCN Quadra 04, Bloco B, Ed. Varig, 13º Andar, Sala 1302 - Bairro Asa Norte,  
Brasília/DF, CEP 70714900

Telefone: (61) 3771-0122 - [www.transportes.gov.br](http://www.transportes.gov.br)

NOTA TÉCNICA Nº 4/2018/CGGPIPP/DPLGPI/SNP-MTPA

**PROCESSO Nº 00045.003167/2015-09**

**INTERESSADO: COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DOS PORTOS PÚBLICOS, DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, LOGÍSTICA E GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO**

**1. ASSUNTO**

1.1. **Relatório de análise das contribuições apresentadas no curso da consulta e da audiência públicas relativas à revisão da poligonal da área do porto organizado do Rio de Janeiro, e propostas de respostas.**

**2. REFERÊNCIAS**

2.1. Processo nº 00045.003167/2015-09

**3. INTRODUÇÃO**

3.1. Trata-se de análise das contribuições recebidas na Consulta Pública realizada no período de 27/10/2017 à 21/12/2017 e na Audiência Pública de 06/12/2017, ambas referentes à proposta de traçado da poligonal da área do porto organizado do Rio de Janeiro<sup>[1]</sup>, conforme termos da Portaria nº 833 do MTPA, de 03/10/2017, e da Portaria nº 1 da SNP, de 20/10/2017. Ao longo deste documento, apresentamos o resumo das contribuições apresentadas na consulta e audiência públicas relativas à revisão da área do porto organizado do Rio de Janeiro, bem como as propostas de respostas desta Coordenação-Geral. Na primeira parte do documento, fazemos menção às contribuições escritas apresentadas. Na segunda parte, às contribuições verbais feitas em audiência pública, realizada no dia 06/12/2017

<sup>[1]</sup> As contribuições efetuadas por e-mail têm os anexos das respectivas mensagens disponíveis, na íntegra, no documento SEI0746751.

**4. 1ª PARTE - CONTRIBUIÇÕES ESCRITAS**

**1ª CONTRIBUIÇÃO ESCRITA (E-mail do Celso Magarão Costa – SEI 0746751)**

**ORIGEM: Celso Magarão (Empresa Wilson Sons)**

**RESUMO DA MANIFESTAÇÃO: em 23/10/2017, foi feita solicitação para correção dos arquivos disponibilizados no link da consulta pública do porto organizado do Rio de Janeiro.**

4.1. Em 30/10/2017, foi enviada resposta ao Sr. Celso Maragão informando que provavelmente quando foi feito o acesso, a página estava em construção. Assim, foi solicitado que fizesse novamente o acesso à página "<http://www.portosdobrasil.gov.br/assuntos-1/gestao/poligonais/riodejaneiro/riodejaneiro>". Adicionalmente, foi informado que havia sido publicada portaria da SNP alterando a data de início da consulta do dia 23/10/2017 para 27/10/2017, estando mantidas as demais datas e que esta portaria encontrava-se disponibilizada no citado site.

**2ª CONTRIBUIÇÃO ESCRITA (E-mail do Luiz Francisco M Barbosa – SEI 0746751)**

**ORIGEM: Luiz Francis M Barbosa (Presidente da APSRio).**

**RESUMO DA MANIFESTAÇÃO: foi afirmado o apoio à proposta de poligonal apresentada na Audiência Pública. Também houve um discurso sobre a tentativa da Prefeitura Municipal de mudanças nas áreas do Cais da Gamboa. Mudanças essas que, segundo o Sr. Luiz Francis, está em dissonância com o certame licitatório impugnado referente às obras de recuperação do Cais da Gamboa e também ao Terminal de Trigo do Rio de Janeiro (arrendado para a Bunge).**

4.2. Trata-se de manifestação de caráter opinativo sem apresentar contribuição ao processo de adaptação da área do porto organizado. De qualquer forma, cabe externar que tanto o Cais da Gamboa quanto o Terminal de Trigo estão localizados na poligonal atual do porto organizado e também na poligonal disponibilizada em Consulta Pública. Assim, as ações desenvolvidas

nos limites do porto organizado são contempladas nos instrumentos de políticas portuárias como o Plano Mestre e o Plano de Zoneamento (PDZ), previstos na Portaria nº 3 da Secretaria de Portos, de 07/01/2014.

### **3ª CONTRIBUIÇÃO ESCRITA (E-mail do João Paulo Imparato Spörl – SEI 0746751)**

**ORIGEM:** João Paulo Imparato Spörl.

**RESUMO DA MANIFESTAÇÃO:** foi solicitada que a inclusão da parte do polígono terrestre D (delimitado pelos vértices 298-414), com armazenamento de granéis líquidos, seja cautelosamente avaliada em função de restrições urbanísticas e ambientais incidentes na área do terreno, o que impediria o armazenamento de granéis líquidos.

4.3. Os incisos I e II do art. 2º da Lei 12.815/2013 estabelecem os conceitos de "porto organizado" e "área do porto organizado". Pela leitura da lei, entende-se que "porto organizado" é o conjunto de bens públicos necessários à consecução das atividades portuárias dentro de um espaço geográfico definido, chamado de "área do porto organizado". Juridicamente, a área do porto organizado é aquela delimitada por ato do Poder Executivo e que compreende as instalações portuárias e a infraestrutura de proteção e de acesso ao porto organizado. Porto organizado é, por sua vez, segundo o inc. I, art. 2º da Lei n.º 12.815/2013, o bem público construído e aparelhado para atender a necessidades de navegação, de movimentação de passageiros ou de movimentação e armazenagem de mercadorias, e cujo tráfego e operações estejam sob jurisdição de autoridade portuária.

4.4. A área citada pelo Sr. João Paulo corresponde ao segmento do Polígono D (Figura 1), delimitado pelos vértices 298-414, onde a Companhia Docas do Rio de Janeiro, em 1987, fez um contrato de locação do imóvel com a empresa Chevron. O instrumento que determina o tipo de granel que pode ser armazenado em cada imóvel do porto é o Plano de Zoneamento – PDZ. Portanto, esse instrumento de planejamento avaliará o impacto do tipo de mercadoria armazenada no referido imóvel e abordará a relação Porto-Cidade avaliando a integração do porto no planejamento urbano do Município.

Figura 1 - Polígono D (proposta de poligonal da SNP 08/2017).



### **4ª CONTRIBUIÇÃO ESCRITA (E-mail do Bruno Aurélio – SEI 0746751)**

**ORIGEM:** Bruno Aurélio

**RESUMO DA MANIFESTAÇÃO:** foram feitas considerações destacando alguns documentos do Processo nº 00045.003167/2015-09 referente à poligonal do porto organizado do Rio de Janeiro. Após essas considerações, foi apresentada manifestação favorável à inclusão da área localizada entre os vértices 298-374. Ao final ressaltou que a inclusão da referida área decorre da aplicação do art. 2º, inciso II e Art. 15 da Lei nº 12.815/13, de modo que eventual mudança quanto ao conteúdo da Nota Técnica nº 22/2017/CGGPIPP/DPLGPI/SNP-MTPA poderá vir a ser invalidada se questionada perante os órgãos de controle.

4.5. Trata-se de manifestação de caráter opinativo sem apresentar contribuição ao processo de adaptação da área do porto organizado. De qualquer forma, cabe externar a área citada na manifestação corresponde a

parte do "Polígono Terrestre D" da proposta de poligonal disposta em consulta pública (Figura 1). Ademais, a inclusão, manutenção, exclusão ou não inclusão foram pautadas conforme o entendimento da assessoria jurídica da Secretaria de Portos em seu Parecer nº 00158/2015/ASJUR-SEP/CGU/AGU e exposta no item 9 da Nota Técnica nº 043/2016/CGRDI/DRMP/SPP/SEP/PR.

**5ª CONTRIBUIÇÃO ESCRITA (CARTA DIRPRE Nº 222438/2017 – SEI 0746751)**

**ORIGEM: Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ)**

**RESUMO DA MANIFESTAÇÃO:** em 20/12/2017, a CDRJ enviou para esta SNP a CARTA DIRPRE Nº 22243/2017 propondo alterações para a proposta de poligonal do porto organizado do Rio de Janeiro disposta em consulta pública.

4.6. Por meio da CARTA DIRPRE Nº 22243/2017, a CDRJ aprovou a proposta de poligonal lançada em consulta pública propondo modificações. Tais alterações, requeridas pelo Conselho de Administração (CONSAD), consistem em supressões de imóveis dos limites do porto. Juntamente com o citado documento foi entregue uma imagem (Figura 2) e uma lista contendo os imóveis requeridos para serem excluídos da poligonal do porto organizado do Rio de Janeiro (Tabela 1).

Tabela 1 – Imóveis a serem excluídos da poligonal proposta (CARTA DIRPRE N º 222438/2017)

IMÓVEIS SOLICITADOS PARA SEREM EXCLUÍDOS DA POLIGONAL PROPOSTA PELA SECRETARIA NACIONAL DE PORTOS - SNP
ENDEREÇO
RUA General Gurjão, 166 (INPH)
Av. Brasil, 921 e 921ª
Rua da Igrejinha, 1
Av. Rodrigues Alves, 129 (Policlínica)
Av. Rio de Janeiro, Lote 1 do PAL 13.760
Av. Rio de Janeiro, s/nº, lado ímpar, Lote 2 do PAL 13.760
Av. Rodrigues Alves, 241
Praça Mauá, s/n – Píer Mauá (Museu do amanhã e parte da Praça Mauá)
Rua Equador, 750
Rua Equador, 780
Av. Rodrigues Alves, 743 a 789
Av. Brasil, Lote 2 do PAL 45.197

Figura 2 - Proposição dos imóveis a serem excluídos da proposta de poligonal (CARTA DIRPRE N º 222438/2017).



4.7. O imóvel ocupado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias (INPH) será excluído da proposta de poligonal do porto organizado do Rio de Janeiro em razão deste não estar em nome da CDRJ e também por não fazer parte de nenhum projeto da autoridade portuária. Portanto, esta área enquadra-se nos requisitos para exclusão ou não inclusão conforme item 9, "e" e "f", da Nota Técnica nº 043/2016/CGRDI/DRMP/SPP/SEP/PR<sup>[1]</sup>.

4.8. Já os imóveis de RIP nº 6001.0020114-69 (Matricula 48744); RIP nº



6001.0025027-99 (Matrícula 48741); as praças públicas (RIP nº 6001.0019012-82 / Matrícula 38126 e RIP nº 6001.0120299-56 / Matrícula 48742); e o imóvel da Policlínica (RIP nº 6001.0120318-53 / Matrícula 48737), desapropriados pelo Decreto nº 37791, de 14/10/2013, ainda não tiveram seus registros transferidos pela SPU/RJ para a Prefeitura do Rio de Janeiro. Contudo, tais imóveis não pertence mais à CDRJ e, por isso, enquadram-se nos requisitos para exclusão ou não inclusão, conforme item 9, "e" e "f", da Nota Técnica nº 043/2016/CGRDI/DRMP/SPP/SEP/PR. Assim, não serão contemplados na poligonal do porto organizado do Rio de Janeiro.

4.9. A área ocupada pelo Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (INTO) composta por dois imóveis (RIP nº 6001.0120314-20 e RIP nº 6001.0120313-49); o imóvel ocupado pela GRES São Clemente (RIP nº 6001.0120315-00); o imóvel desocupado (RIP nº 6001.0020852-33); a área do Futura composta por três imóveis (RIP nº 6001.0120319-34; RIP nº 6001.0120308-81; RIP nº 6001.0120306-10); e o imóvel onde está localizado do Museu do Amanhã (RIP nº 6001.0120320-78) possuem seus RIPs sob responsabilidade da CDRJ. Assim, estão contemplados nos requisitos para inclusão ou manutenção conforme item 9, "a" a "d", da Nota Técnica nº 043/2016/CGRDI/DRMP/SPP/SEP/PR. Portanto, permaneceram nos limites do porto organizado do Rio de Janeiro.

[1] A Nota Técnica nº 043/2016/CGRDI/DRMP/SPP/SEP/PR está disposta nas folhas 126 à 146 do documento "Processo Volume I" (SEI 0455573) do Processo nº 00045.003167/2015-09.

## 5. 2ª PARTE - CONTRIBUIÇÕES VERBAIS

5.1. Em relação ao primeiro questionamento, conforme definição de área do porto organizado no inciso I, Art. 2º da Lei nº 12.815/2013, a inclusão das áreas de fundeio visou apenas regularizar em nome da CDRJ tais áreas que sempre foram usadas e mantidas pela autoridade portuária (Figura 3). Esses fundeadouros estão contemplados nas Cartas Náuticas 1501; 1506; 1511; 1512; 1513; 1515; 1531 e no documento Normas e Procedimentos da Capitania dos Portos (NPCP-2012). Em aos fundeadouros "Polígono Marítimo J" e ao "Polígono Marítimo K", dispostos mais ao norte do porto do Rio de Janeiro, a CDRJ informou que está sendo feita solicitação junto à Marinha do Brasil para implantação desses novos fundeadouros. Portanto, essas áreas de fundeio que estão pendentes de autorização da autoridade marítima, caso não sejam aprovadas, podem ser retiradas da poligonal do porto.

Figura 3 – Áreas de fundeio da proposta de poligonal SNP 08/2017.



5.2. No segundo questionamento, em relação à ilha da Pombeba e ao espelho d'água em frente aos Cais de São Cristóvão, Caju e Gamboa (Figura 4), foram feitas as respectivas inclusões das áreas em razão da CDRJ ter requisitado junto à Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Rio de Janeiro (SPU/RJ) a citada ilhota visando implantar um empreendimento portuário. Em relação ao espelho d'água e ilha de Santa Bárbara, a autoridade portuária alegou que caso seja implementado algum projeto nesses locais poderá haver transtornos para operação portuária no porto do Rio de Janeiro.

Figura 4 – Espelho d'água em frente ao porto do Rio de Janeiro e a Ilha da Pombeba.



5.3. Em relação as áreas citadas que ficam depois do Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia - INTO não foi especificado quantos e quais imóveis o Sr. Delmo Pinho se referiu. De qualquer forma a inclusão do imóvel onde está o INTO e outros próximos (Figura 2) obedeceram os critérios para inclusão dispostos no Parecer nº 00158/2015/ASJUR-SEP/CGU/AGU e expostos no item 9 da Nota Técnica nº 043/2016/CGRDI/DRMP/SPP/SEP/PR. Infere-se pela descrição que as áreas que ficam depois do INTO correspondem ao "Polígono Terrestre B", conforme pode ser visualizado no KML da poligonal disposta em consulta pública. Este imóvel é fruto da junção do RIP nº 6001.0120312-68, RIP nº 6001.0021183-44 e o imóvel da planta superposta no KML. Portanto, esses imóveis foram incluídos na proposta de poligonal por estarem ocupados ou aforados em nome da CDRJ.

5.4. O quarto questionamento refere-se à exclusão do Museu do Amanhã da proposta de poligonal (Figura 2). A manutenção deste imóvel obedeceu aos critérios dispostos no Parecer nº 00158/2015/ASJUR-SEP/CGU/AGU e expostos no item 9 da Nota Técnica nº 043/2016/CGRDI/DRMP/SPP/SEP/PR. Portanto, o referido imóvel, cujo RIP 6001.0120320-78 está em nome da CDRJ, será mantido nos limites da poligonal do porto organizado do Rio de Janeiro.

## 2ª CONTRIBUIÇÃO VERBAL

**ORIGEM:** Gianetto

**RESUMO DA MANIFESTAÇÃO:** foi feita manifestação em favor da ampliação da área do porto organizado do Rio de Janeiro, em especial a inclusão do imóvel onde está localizado o Museu do Amanhã. Ao final foi feito questionamento ao Presidente da CDRJ acerca do alandamento do porto.

5.5. Trata-se de manifestação de caráter opinativo sem apresentar contribuição ao processo de adaptação da área do porto organizado.

## 3ª CONTRIBUIÇÃO VERBAL

**ORIGEM:** Ernesto

**RESUMO DA MANIFESTAÇÃO:** foi citado o trabalho de uma comissão dentro do porto que estaria tentando viabilizar uma nesga fora do porto organizado do Rio de Janeiro para passagem de ferro Gusa. Foi perguntado se essa área seria entre o pátio nove e o armazém oito por conta do excessivo trânsito, entre outras coisas que ocorrem naquele local. Por fim, sugeriu que tal área fosse colocada como adjacente do porto.

5.6. A primeira resposta foi dada pelo Sr. Luiz Kremer (CDRJ). Foi informado que este é um assunto da área de operações portuárias da CDRJ e que tal demanda não tinha chegado ao setor de planejamento da Companhia. Também foi citado que este assunto é tratado na Comissão Permanente de Acessibilidade ao Porto (CPAP), de Assuntos Portuários na Prefeitura do Rio de Janeiro, em razão de envolver uma área fora dos limites do porto organizado. Em seguida passou a palavra para o Eduardo Miguez (CDRJ) que faz parte deste Grupo de Trabalho.



5.7. O Sr. Eduardo Miguez (Gerente de Desenvolvimento Portuário – CDRJ) informou que o assunto em questão foi levantado no âmbito da CPAP com a participação do Vice-Prefeito e do Secretário dos Transportes. Com isso, foi proposta a criação de um subgrupo para tratar do assunto. Até aquele presente momento não havia tido reunião específica sobre o tema na CPAP, embora tenham ocorrido visitas *in loco*. Foi informado que de qualquer forma é uma área sob jurisdição municipal e que hoje não poderia ser incluída na poligonal por ser uma área do Município do Rio de Janeiro. Contudo foi levantada a lebre de que no futuro pode haver um acordo entre as operadoras, CDRJ, arrendatários e Prefeitura para que se viabilize a possibilidade de pleitear a inclusão deste imóvel nos limites do porto.

5.8. O terceiro comentário sobre o assunto foi feito pelo Sr. Luciano Bissi (Coordenador-Geral de Gestão do Patrimônio Imobiliário dos Portos Públicos – CGGPIPP). Foi informado que se a referida área estivesse dentro do porto organizado a Prefeitura não iria poder atuar dentro do imóvel em razão dele estar nos limites da poligonal do porto organizado do Rio de Janeiro. Também foi citado que os imóveis que compõem o porto são os de propriedade da União ou da Autoridade Portuária.

5.9. O quarto comentário foi do Sr. Ernesto. Ele manifestou a opinião de que o porto havia perdido muitas áreas portuárias para o Município do Rio de Janeiro e que a intenção é “acender a lâmpada” em cima da “nossa necessidade”, dando a ideia de ser em interesse do porto.

5.10. O quinto comentário foi do Sr. Alexandre Tavares (CDRJ). Ele informou que essa área externa aos limites do porto é representada pela plataforma que lhe parece que à época não foi integrado ao patrimônio da Prefeitura. Assim, teoricamente essa área seria da Docas e hoje está se tomando uma importante questão que envolve até a segurança do porto. Por final, solicitou que nesse momento de demanda se olhe com um pouco mais de carinho para o porto.

#### **4ª CONTRIBUIÇÃO VERBAL**

**ORIGEM: Carlos Portinho (Assessor especial de Relações Institucionais da Secretaria Municipal de Urbanismo, Infraestrutura e Habitação do Rio de Janeiro).**

**RESUMO DA MANIFESTAÇÃO: foi solicitado o registro do posicionamento da Secretaria Municipal de Urbanismo, Infraestrutura e Habitação do Rio de Janeiro que tem interesse no desenvolvimento a maior da área de intervenção, mas sem preferir o crescimento e a escala do porto. Para isso, a Prefeitura citou estar empenhada e à disposição para discutir a ampliação da retroárea e das alças de acesso para que o porto possa se tornar mais eficiente. Assim, foi reafirmado o interesse da citada Secretaria Municipal em sentar-se tanto com a CDRJ quanto com o poder público federal para conversar sobre o entendimento de como a Prefeitura pode melhor utilizar a área dos armazéns que hoje são depósitos.**

5.11. Trata-se de manifestação de caráter opinativo sem apresentar contribuição ao processo de adaptação da área do porto organizado. De qualquer forma foi feita uma explanação pelo Sr. Luciano Bissi (Coordenador-Geral de Gestão do Patrimônio Imobiliário dos Portos Públicos – CGGPIPP) sobre a questão de revitalização portuária do Cais da Gamboa (antiga competência da CGGPIPP).

#### **5ª CONTRIBUIÇÃO VERBAL**

**ORIGEM: Luis Henrique Carneiro (Diretor da Multirio Multicar).**

**RESUMO DA MANIFESTAÇÃO: foi feita manifestação para que sejam retiradas as praças e ruas da proposta de poligonal do porto organizado do Rio de Janeiro. Além disso, externou posicionamento contrário ao Museu do Amanhã permanecer nos limites do porto.**

5.12. Este questionamento foi respondido pelo Sr. Luciano Bissi. Foi informado que as áreas não operacionais podem ser incluídas ou mantidas nos limites do porto organizado. Assim, tais áreas podem ficar dentro da poligonal do porto organizado do Rio de Janeiro. As praças constantes na proposta de poligonal apresentada na Audiência Pública, de 06/12/2016, foram inseridas por estarem em nome da CDRJ. Assim, em razão do Decreto nº 37791, de 14/10/2013, que desapropriou alguns imóveis no Porto Maravilha, a Prefeitura foi instigada durante a audiência pública a concluir os processos de desapropriação e a tirar esses imóveis do nome da autoridade portuária. Portanto, tanto as citadas praças públicas os imóveis que tenham justificativas técnicas serão retirados da poligonal do porto organizado do Rio de Janeiro. Este item também foi respondido na 5ª CONTRIBUIÇÃO ESCRITA (CARTA DIRPRE Nº 222438/2017 – SEI 0746751).

#### **6ª CONTRIBUIÇÃO VERBAL**

**ORIGEM: Luis Francisco (Engenheiro da CDRJ e Presidente da Associação dos Profissionais de Nível Superior da CDRJ).**

**RESUMO DA MANIFESTAÇÃO: inicialmente foi feito um questionamento alegando que a Lei nº 12.815/2013 não foi benéfica às autoridades portuárias ao centralizar no governo federal as licitações dos arrendamentos. Após foi feita uma citação sobre o comentário que o Sr. Delmo Pinho fez em relação as áreas molhadas (marítimas) e a ilha da Pombeba. Por último, foi feito elogio ao representante da prefeitura do Rio de Janeiro por debater o tema da revitalização do Cais da Gamboa e também foi feito esclarecimento em relação ao recente arrendamento do terminal de grãos de trigo no Cais da Gamboa.**

5.13. Trata-se de manifestação de caráter opinativo sem apresentar contribuição ao processo de adaptação da área do porto organizado. De qualquer forma, na audiência pública o Sr. Luciano Bissi informou que a ilha da Pombeba (Figura 4) atualmente não está inserida na poligonal do porto organizado do Rio de Janeiro. Foi informado que a CDRJ pleiteou junto à SPU/RJ o direito de ocupação da ilha e que até aquele presente momento tal procedimento não estava concluso. Assim, enquanto a conclusão da cessão da ilha não for concluída não há possibilidades de arrendamentos. Já em relação à centralização dos arrendamentos e à razão deles não estarem sendo licitados, foi informado que o assunto seria registrado naquela audiência pública e que este assunto seria levado ao conhecimento dos setores competentes da SNP. É oportuno destacar que no Processo nº 50000.052577/2017-21, por meio do Ofício nº 003/2017/CAP-RIO/RJ, de 07/12/2017 (SEI 0717375), houve uma consulta do Conselho de Autoridade Portuária (CAP) do porto do Rio de Janeiro à CGGPIPP/SNP sobre a Audiência Pública ocorrida em 06/12/2017. Em resposta, esta Coordenação-Geral elaborou o Memorando 7/2017/CGGPIPP/DPLGPI/SNP (SEI 0743357) visando situar o CAP do porto do Rio de Janeiro sobre a situação em tela e também sobre a restrição do trânsito de caminhões que se dirigem ao porto em alguns horários em razão de decreto municipal.

#### **7ª CONTRIBUIÇÃO VERBAL**

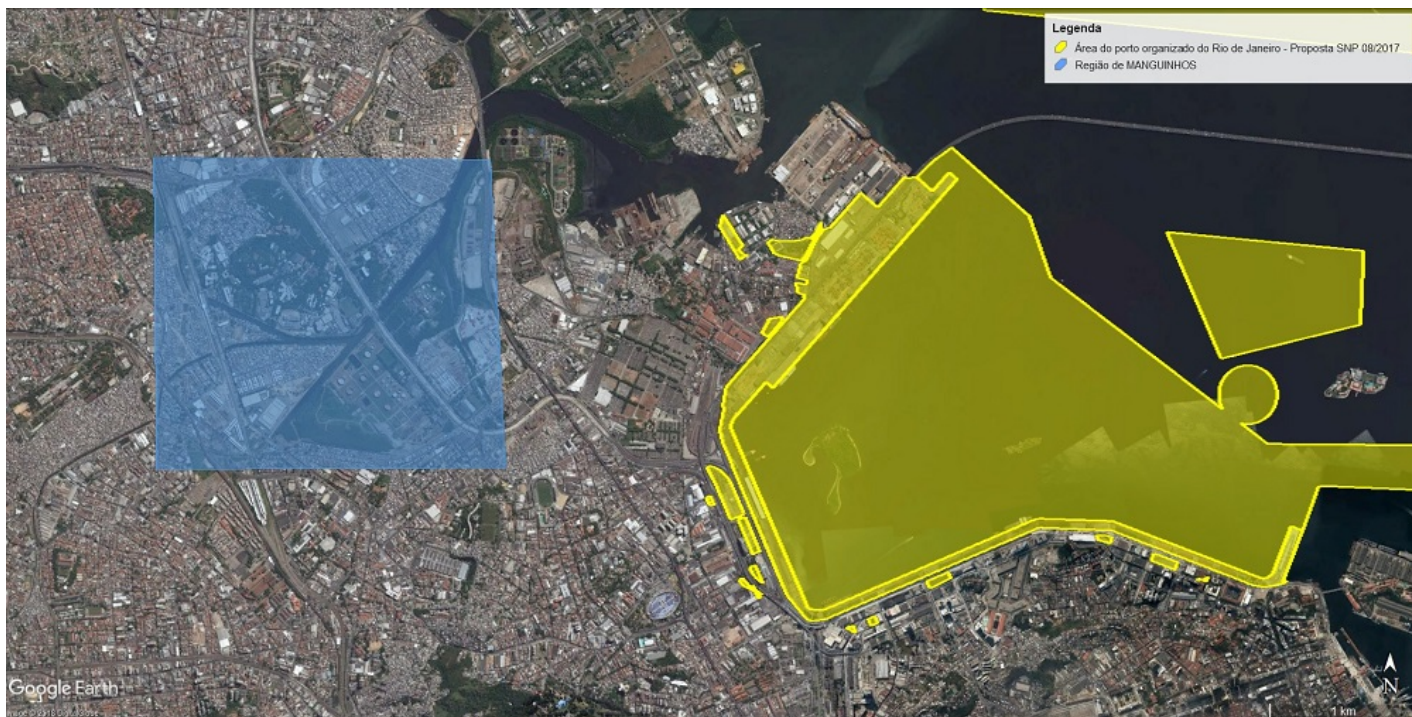
**ORIGEM: Gracília Portela (Presidente da Associação de Indústria e Logística de Manguinhos).**

**RESUMO DA MANIFESTAÇÃO: foi feito o questionamento do porquê que os imóveis das empresas REDEX (Recinto Especial para Despacho Aduaneiro de Exportação), que compõem a região de retroárea em Manguinhos (Município do Rio de Janeiro), não são inseridas na poligonal do porto organizado para fins de proteção. Além disso, foi explicado que essa região está sob a posse da Aeronáutica (III COMAR) e alugada para as empresas REDEX (relação imobiliária litigiosa entre a União e os locatários).**

5.14. Tais áreas da região de Manguinhos (Figura 5) até poderiam ser passíveis de inserção nos limites do porto organizado. Contudo, haveria a necessidade de transitar em julgado o litígio ou haver um pedido de reintegração de posse emitido pela justiça. Além disso, para justificar a inclusão dessas áreas nos limites do porto, a CDRJ teria que ter e apresentar projetos que justificassem o pleito.

5.15. Na audiência pública, de 06/12/2017, houve manifestação do Sr. Eduardo Miguez (CDRJ) manifestando o posicionamento da autoridade portuária. Foi informado que a CDRJ não está alheia à demanda de retroárea na região de Manguinhos e Caju. Tal assunto foi tratado na Comissão de Assuntos Portuários da Prefeitura Municipal e nela foi proposta a alteração do zoneamento urbano do uso do solo da região de Manguinhos e Caju com intuito de destinação de atividades portuárias. Tal proposta foi encaminhada para Prefeitura e para Câmara Legislativa, mas o assunto ainda encontra-se em fase de discussão. Por fim, foi colocado o posicionamento da CDRJ de concordância da importância desses imóveis como retroárea, mas que atualmente não podem ser colocados nos limites da poligonal do porto organizado do Rio de Janeiro.

Figura 5 – Localização aproximada da região de Manguinhos



#### **8ª CONTRIBUIÇÃO VERBAL**

**ORIGEM: Ernani (Presidente do Sindicato dos Estivadores do Rio de Janeiro e Presidente da Intersindical Portuária do Ri de Janeiro).**

**RESUMO DA MANIFESTAÇÃO: foi feita manifestação de apoio à expansão da poligonal do porto organizado do Rio de Janeiro tanto terrestre quanto marítima.**

5.16. Trata-se de manifestação de caráter opinativo sem apresentar contribuição ao processo de adaptação da área do porto organizado.

#### **9ª CONTRIBUIÇÃO VERBAL**

**ORIGEM: Paulo Protassio (Representante do interesse da área comercial do Rio de Janeiro).**

**RESUMO DA MANIFESTAÇÃO: foi feita manifestação da necessidade de um Masterplan da região portuária.**

5.17. Trata-se de manifestação de caráter opinativo sem apresentar contribuição ao processo de adaptação da área do porto organizado.

#### **6. ENCAMINHAMENTOS**

6.1. Encaminho ao DPLGPI para avaliação a proposta de respostas às contribuições da consulta pública de adequação da poligonal do porto do Rio de Janeiro. Assim, em caso de concordância e a fim de dar cumprimento à Portaria MTPA nº 833, de 03/10/2017, sugiro que o conteúdo da presente nota técnica seja colocado no site "[www.portosdobrasil.gov.br/assuntos-1/gestao/poligonais/riodejaneiro/riodejaneiro](http://www.portosdobrasil.gov.br/assuntos-1/gestao/poligonais/riodejaneiro/riodejaneiro)" até 21/01/2018. A proposta da CGGPIPP pós-Consulta Pública está disponível no documento SEI 0752132 e também pode ser visualizada nas Figuras 6 e 7.

Imagem 6 – Proposta de poligonal pós-Consulta Pública (poligonal marítima).



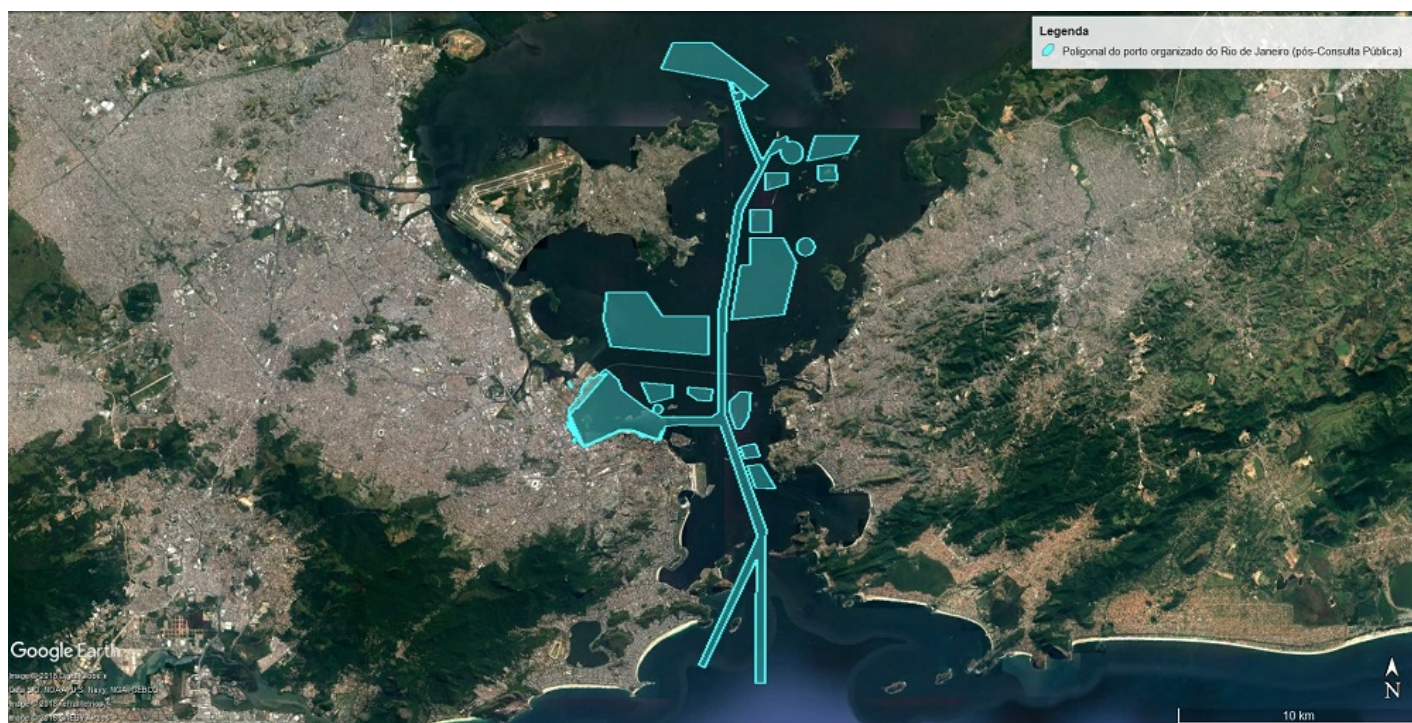
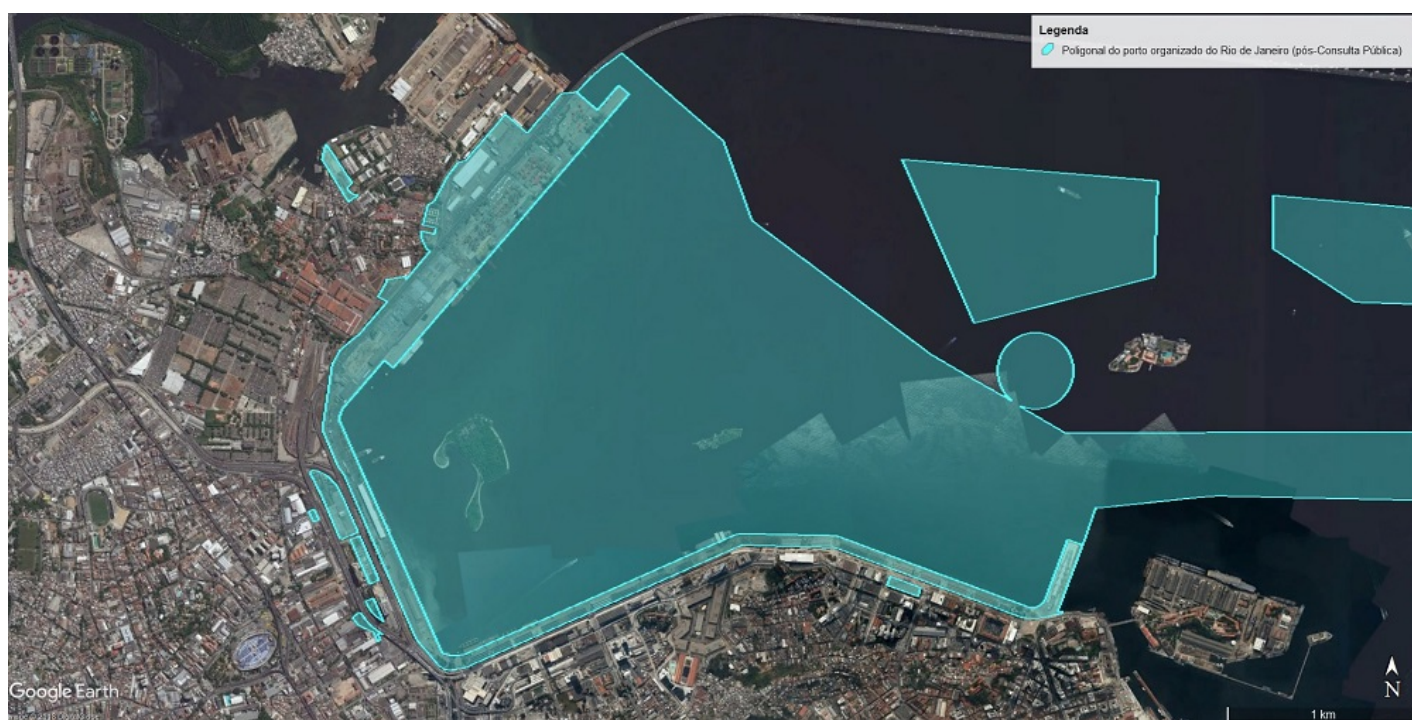


Imagem 7 – Proposta de poligonal pós-Consulta Pública (poligonal terrestre).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Baudson Godoi E Silva, Coordenador-Geral de Gestão do Patrimônio Imobiliário dos Portos Públicos, Substituto(a)**, em 17/01/2018, às 15:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0752139** e o código CRC **EFE9F997**.